

14º Seminário Nacional Sociologia & Política

Saberes em Confluência

GT 5 - Sociologia na Educação Básica

**A Sociologia Escolar “em ação” no Novo Ensino Médio: práticas pedagógicas nos
Itinerários Formativos do Ensino Médio Gaúcho**

Rafael D’Avila Barros¹

INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta os resultados parciais construídos por meio de uma pesquisa a nível de mestrado acadêmico sobre práticas pedagógicas desenvolvidas por professoras/es graduadas/os em Ciências Sociais/Sociologia com o potencial de desenvolver um ensino de Sociologia nos componentes curriculares dos Itinerários Formativos do Novo Ensino Médio. A pesquisa foi desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Sociologia, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGS-UFRGS) durante os anos de 2024 a 2026, estando assim, em fase de homologação junto ao Núcleo de Apoio Acadêmico do Programa. O objetivo central da pesquisa esteve centrado na compreensão de práticas pedagógicas desenvolvidas por professoras/es de Sociologia em componentes curriculares dos Itinerários Formativos com o potencial de exercer uma resistência para construção de aprendizagens de temas, conceitos e teorias da sociologia e demais ciências sociais. Para isso, foram elencados dois objetivos específicos: a análise dos arranjos curriculares do Novo Ensino Médio na Rede Estadual de Educação do Rio Grande do Sul, por meio do programa Ensino Médio Gaúcho e

¹ Mestre em Sociologia pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGS-UFRGS). Professor de Sociologia no Colégio La Salle Canoas (Canoas/RS) e Assessor Pedagógico da 27ª Coordenadoria Regional de Educação (27ª CRE) da Rede Estadual de Educação do Rio Grande do Sul. E-mail: rdavilabarros@gmail.com.

a estratégia de seguir e descrever densamente as práticas pedagógicas de professoras/es de Sociologia que atuaram como docentes dos componentes curriculares dos Itinerários Formativos entre os anos de 2022 a 2024.

A construção da pesquisa foi motivada a partir das experiências de trabalho que desenvolvi com turmas do Currículo Piloto do Novo Ensino Médio em uma escola da Rede Estadual de Educação do Rio Grande do Sul no ano de 2023. Com a implementação do Currículo Piloto, o componente curricular Sociologia deixou de estar presente em todas as séries do curso, sendo restringida apenas para as turmas de 2ª série com um período semanal de 50 minutos. Esta mudança afetou a minha jornada de trabalho e, para que eu permanecesse atuando apenas em uma escola, recebi a designação de trabalhar com o componente curricular intitulado “Direitos Humanos”, que possuía três períodos semanais de 50 minutos em cada uma das duas turmas de 3ª série que estavam vinculadas ao Itinerário Formativo “Cidadania e Gênero II”. Durante aquele ano letivo, desenvolvi aulas e projetos de aprendizagens que aproximaram os temas deste novo componente curricular com conhecimentos da sociologia e das demais ciências sociais. Uma das experiências desenvolvidas nestas turmas foi o “Projeto Transparências”, que recebeu Menção Honrosa no 8º Encontro Nacional de Ensino de Sociologia na Educação Básica (ENESEB). A realização do projeto e o seu reconhecimento motivaram o interesse em investigar se as minhas estratégias de manter a Sociologia Escolar presente no cotidiano de aulas do Novo Ensino Médio eram movimentos individuais ou não. Para além de um diálogo com colegas de profissão, as experiências pessoais de trabalho inspiraram o desejo de compreender as práticas pedagógicas como objeto central para uma pesquisa sociológica.

No ano de 2022, a Secretaria Estadual de Educação do Rio Grande do Sul (SEDUC-RS) reestruturou os currículos pilotos do Novo Ensino Médio no programa “Ensino Médio Gaúcho” e consolidou a carga horária da Sociologia nas turmas de 2ª série com um único período semanal de 50 minutos. Porém, apresentou os Itinerários Formativos organizados em Trilhas de Aprofundamento com componentes curriculares com indicação de serem trabalhados por professoras/es de Sociologia. Sendo assim, o desejo de construir uma pesquisa sociológica sobre práticas pedagógicas de Sociologia Escolar no Novo Ensino Médio tornou-se relevante, pois além de potencialmente serem estratégias de resistência docente, tornaram-se possibilidades indicadas pela SEDUC-RS.

Para tanto, foi-se construída uma percepção de que a trajetória histórica de “presença intermitente” da Sociologia na Educação Básica (Meucci, 2015; 2020; Oliveira, 2023) poderia ser problematizada no caso do Ensino Médio Gaúcho, com o seguinte questionamento: a redução da carga horária da Sociologia seria um novo momento de intermitência da Sociologia Escolar? Nesta direção, ainda foi mobilizado o processo de “sociologização” da Base Nacional Comum Curricular, identificado por Silva e Alves Neto (2020), como uma estratégia de análise sociológica sobre os novos componentes curriculares, tanto como indicações da própria SEDUC-RS, quanto como esforços de resistência dos conhecimentos sociológicos e das demais ciências sociais operados por professoras/es atuantes no Novo Ensino Médio. A incorporação desses conceitos impulsionou investigar as práticas pedagógicas com o potencial de manter viva a Sociologia Escolar em um percurso teórico-metodológico alinhado aos esforços de Bruno Latour (2000) em seguir e descrever os processos da “ciência em ação” que buscam “encaixapretar” diferentes artefatos científicos. As práticas pedagógicas das/os professoras/es envolvidas/os com a pesquisa foram compreendidas como processos de construção de “contra laboratórios” latourianos (Latour, 2000) na medida em que as orientações curriculares sobre os componentes curriculares dos Itinerários Formativos do Novo Ensino Médio são recontextualizadas a partir de temas, conceitos e teorias da sociologia e das demais ciências sociais.

A pesquisa foi desenvolvida sob uma perspectiva qualitativa, envolvendo seis pessoas graduadas/os em Ciências Sociais ou Sociologia que atuaram como docentes de componentes curriculares dos Itinerários Formativos em cidades que compõem a 27ª Coordenadoria Regional de Educação (27ª CRE) da SEDUC-RS. Essas pessoas foram entrevistadas durante os meses de abril e maio de 2025 e os dados obtidos foram analisados com mediação do *software* NVivo no que diz respeito à codificação de suas narrativas. Para o presente trabalho, serão focalizados os dados agrupados no código “Percepções curriculares” e em seus subcódigos “Sociologia no antigo Ensino Médio”, “Sociologia no Novo Ensino Médio”, “Trilhas no Novo Ensino Médio” e “Estratégias de resistência da Sociologia no Novo Ensino Médio”. Os relatos organizados neste código apresentam as análises que as/os professoras/es construíram a respeito do Novo Ensino Médio, bem como as opções curriculares e estratégias de ensino que utilizaram para desenvolver práticas de Sociologia Escolar em suas aulas. As narrativas das/os professoras/es evocam semelhanças aos processos de construção de “fatos

científicos” para Latour (2000), na medida em que percebem uma fragmentação da Sociologia no novo currículo escolar.

DESENVOLVIMENTO

A organização do presente trabalho dar-se-á por similitude a versão completa da minha dissertação de mestrado, porém, operando um recorte na análise dos dados obtidos. No primeiro subcapítulo, faço uma breve contextualização bibliográfica a respeito do ensino de Sociologia na Educação Básica, a sua característica intermitente no currículo do Ensino Médio e a inflexão do processo de sociologização da BNCC nos documentos educacionais que organizaram o Novo Ensino Médio na Rede Estadual de Educação do Rio Grande do Sul. No segundo subcapítulo, mobilizo a perspectiva de “ciência em ação” de Bruno Latour (2000) como instrumento teórico-epistemológico e metodológico para a produção dos dados analisados na pesquisa de mestrado, a fim de apresentar uma sistematização dos dados produzidos por meio de entrevistas semi-estruturadas com as pessoas envolvidas com a pesquisa, no que diz respeito às suas percepções a respeito dos componentes curriculares Sociologia e dos Itinerários Formativos nas proposições curriculares do Ensino Médio e do Novo Ensino Médio no Rio Grande do Sul.

1. As intermitências da Sociologia Escolar

As agendas de pesquisa em torno do ensino de Sociologia tematizam diferentes contextos e atravessamentos deste componente curricular na Educação Básica. Entre elas, destaco um percurso de pesquisas que propõem-se investigar a existência de um campo de pesquisa autônomo, ou um subcampo de pesquisa, ou ainda um campo em processo de autonomização. Para Cristiano Bodart (2022), o ensino de Sociologia configura-se como um subcampo dentro do campo acadêmico da Sociologia, enquanto Daniel Mocelin (2020) reconhece a existência de um campo social destinado especificamente para a Sociologia Escolar e um subcampo de pesquisa sobre este campo. Amurabi Oliveira (2023) propõe o entendimento de que existe um campo interseccional em processo de autonomização entre a Sociologia e o Ensino que congrega diferentes atores² e práticas sociais desde o cotidiano

² O termo “ator” ou sua flexão “atores” será grafado no gênero textual masculino para evidenciar a mobilização do termo como um conceito de Bruno Latour (2012) que diferencia as pessoas humanas dos demais actantes não humanos.

escolar até as pesquisas de pós-graduação. Sobre esses embates teóricos, opto por mobilizar o conceito de “Sociologia Escolar” indicado com Mocelin (2020) como o termo que envolve diversas e diferentes pessoas que atuam tanto como pesquisadoras/es quanto como estudantes e professoras/es de todos os níveis de educação para a compreensão acadêmica e a construção de estratégias que efetivam o componente curricular nos espaços educacionais. Em diálogo com esses autores e suas pesquisas, ainda ousar propor um novo elemento de problematização em torno da Sociologia Escolar: como seria possível seguir, rastrear e compreender que diz respeito às práticas pedagógicas desenvolvidas por professoras/es no cotidiano de seus fazeres profissionais? Para transformar o questionamento em caminho investigativo, opto por fortalecer a agenda de pesquisas proposta por Caprara (2024) que indica a potência de pesquisar as “comunidades de práticas de Sociologia Escolar”, como possibilidade teórica e metodológica.

Com essas escolhas teóricas, faz-se pertinente compreender os processos de presença e ausência da Sociologia como componente curricular da Educação Básica brasileira. O centenário de sua presença na educação nacional possui uma característica peculiar, ao comparar com outros componentes curriculares: a chamada “presença intermitente”. Simone Meucci (2015; 2020) e Amurabi Oliveira (2023) convergem na argumentação de que a Sociologia foi tornada obrigatória nas etapas de escolarização nacional nos momentos em que o Governo Federal responsabilizou-se pelo processo de desenvolvimento da nação. Sendo assim, a Sociologia foi inicialmente mobilizada como um componente curricular que, próximo aos discursos positivistas, deveria cumprir as expectativas de ensinar às/aos estudantes secundaristas elementos sobre os processos de modernização nacional. Até nos períodos históricos em que a Sociologia não era contemplada na listagem de componentes curriculares da educação nacional, houve a indicação de outros componentes com os mesmos pressupostos pedagógicos, tais como: Organização Social e Política do Brasil (OSPB) e Educação Moral e Cívica. Essa perspectiva foi profundamente transformada a partir da publicação das Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio: Ciências Humanas e suas Tecnologias (Brasil, 2006) e da promulgação da Lei 11.684 de 2008 (Brasil, 2008). O documento dessas Orientações Curriculares Nacionais (Brasil, 2006) indicaram a Sociologia como componente curricular integrante da área de Ciências Humanas e suas Tecnologias para o Ensino Médio que deveria mobilizar conceitos, temas e teorias da sociologia, da

antropologia e da ciência política como conteúdos curriculares nesta etapa da educação. A Lei 11.684 de 2008 (Brasil, 2008) tornou obrigatório o ensino de Filosofia e Sociologia como componentes curriculares nos três anos do Ensino Médio. Sendo assim, a Sociologia passou a habitar os espaços escolares como um nome que integra e aproxima as ciências sociais do cotidiano das/os estudantes.

A Sociologia Escolar como espaço-tempo de ensino dos conhecimentos cientificamente construídos pelas ciências sociais esteve presente em todo o Ensino Médio até 2017, quando ocorreu a aprovação da Lei 13.415 de 2017 (Brasil, 2017). Esse novo dispositivo legal criou o Novo Ensino Médio, que, entre outros itens, reorganizou os componentes curriculares em Áreas de conhecimento e dividiu o curso em dois blocos: a Formação Geral Básica e os Itinerários Formativos. Na Formação Geral Básica estariam contempladas as aulas das Áreas de conhecimento alinhadas à BNCC e, nos Itinerários Formativos foi estipulado que os sistemas de ensino oferecessem experiências diversas em diálogo com essas áreas. Para além dessa formação dual, a nova legislação redimensionou os componentes curriculares de Sociologia, Filosofia, Arte e Educação Física a experiências de “estudos e práticas” (Brasil, 2017). Houve assim, uma redução do *status* da Sociologia entre a legislação de 2008 para a de 2017: de componente curricular obrigatória a experiências e práticas. Porém, na medida em que a Lei 13.415 de 2017 atrelou a Formação Geral Básica à BNCC tornou-se relevante analisar o processo de construção e, posteriormente, a análise da versão final deste documento para analisar quais seriam as consequências definitivas para a Sociologia Escolar. Ileizi Luciana Fiorelli Silva e Henrique Fernandes Alves Neto (2020) realizaram uma profunda investigação analítica em todas as versões da BNCC e identificaram um processo de “sociologização” na escrita das Competências e Habilidades indicadas para as aulas da Área de conhecimento intitulada de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Mesmo não havendo a delimitação de um componente curricular chamado Sociologia, os temas, conceitos e teorias das ciências sociais atravessaram a escrita de todas as versões da BNCC. Porém, quais seriam os impactos desse processo de sociologização da BNCC no contexto do novo arranjo curricular do Ensino Médio que redimensionou a Sociologia para meros “estudos e práticas”?

Para construir uma resposta à pergunta acima, optei por seguir os indicativos da Lei 13.415 de 2017 (Brasil, 2017): analisar como o sistema de ensino gaúcho implementaria o

Novo Ensino Médio. Como um efeito em cascata, a SEDUC-RS incorporou as mudanças educacionais nacionais em dispositivos legais estaduais: a BNCC foi traduzida no Referencial Curricular Gaúcho (SEDUC-RS, 2022), nas Matrizes de Referência do Ensino Médio (SEDUC-RS, 2022b; 2023) e nos Cadernos das Trilhas de Aprofundamento. O Referencial Curricular Gaúcho foi construído de modo a contextualizar a BNCC para a realidade regional, incorporando às Competências e Habilidades nacionais, elementos da cultura, história e política estadual. De modo paralelo ao constatado por Silva e Alves Neto (2020), o Referencial Curricular Gaúcho apresenta um processo de sociologização nas Competências e Habilidades para a Área de conhecimento das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, porém, no momento em que busquei aproximar a pesquisa de mestrado da agenda sobre “comunidades de práticas de Sociologia Escolar” (Caprara, 2024), tornou-se essencial conhecer de modo substancial as práticas pedagógicas desenvolvidas nos ambientes escolares. Para isso, foi importante identificar como a SEDUC-RS organizou o arranjo curricular do Ensino Médio Gaúcho. Com as Matrizes de Referência foi possível identificar a presença do componente curricular Sociologia apenas nas turmas de 2ª série com um período semanal de 50 minutos. E nos Cadernos das Trilhas de Aprofundamento foram detalhadas informações sobre quais Itinerários Formativos seriam oferecidos nas escolas estaduais durante os anos de 2022 a 2024, bem como quais Objetos de conhecimento deveriam ser desenvolvidos e quais professoras/es indicadas/os para atuar com esses novos componentes curriculares. Nos quatro volumes dos Cadernos das Trilhas de Aprofundamento foram identificados 12 arranjos curriculares que contemplavam a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, destes 45 componentes curriculares eram indicados para serem trabalhados por professoras/es de Sociologia porém, apenas 23 componentes curriculares possuíam Objetos de conhecimento relacionados às ciências sociais. Com essas informações a respeito dos Itinerários Formativos do Novo Ensino Médio na Rede Estadual de Educação, passou a ser possível desenvolver a proposta de pesquisar as práticas pedagógicas das/os professoras/es que durante os anos de 2022 a 2024 trabalharam com esses componentes curriculares.

2. A Sociologia Escolar “em ação”

As construções teóricas que desenvolvi até o momento, auxiliam na minha argumentação de que, em certa medida e em determinados contextos, as consequências da

implementação do Novo Ensino Médio na Rede Estadual de Educação do Rio Grande do Sul poderiam ser compreendidas como um novo momento de intermitência da Sociologia Escolar. Na medida em que os componentes curriculares dos Itinerários Formativos do Ensino Médio Gaúcho contemplam, como indicado nos Cadernos das Trilhas de Aprofundamento, conceitos, temas e teorias das ciências sociais, oportunizando assim, espaços para que professoras/es criem estratégias de resistência para a existência da Sociologia Escolar, mesmo com a restrição deste componente a uma única série do Ensino Médio. Porém, essa argumentação ainda carece de aproximação com as experiências vividas por professoras/es da Educação Básica.

Para tanto, busco aproximar e mobilizar o conceito de “ciência em ação” proposto por Bruno Latour (2000) para construir os aportes teóricos, epistemológicos e metodológicos dos dados a serem apresentados neste trabalho. Para o autor, o ofício de produção da ciência, os experimentos e testes de hipóteses são estratégias de diferentes atores para construir consensos científicos, ou seja, ações de disputas entre diferentes atores para consolidar discursos a respeito de um determinado campo do saber (Latour; Woolgar, 1997). Com essa inspiração, proponho a compreensão da Sociologia Escolar como o termo aglutinador de diferentes práticas (pedagógicas, investigativas, legislativas, entre outras) que visam criar campanhas de legitimação do ensino das ciências sociais na Educação Básica. De modo especial, destaco as experiências desenvolvidas nas salas de aula das turmas de Ensino Médio como ambientes célebres para a criação de práticas que colocam a Sociologia Escolar “em ação” e assim, contribuem para a permanência, mesmo intermitente, das ciências sociais nas escolas. Nesse ensejo, proponho flexionar o conceito de “laboratório” de Latour (2000) também para potencializar as análises sobre práticas pedagógicas. Para ele, o termo “laboratório” refere-se ao local onde cientistas trabalham na produção de hipóteses para seus experimentos com o desejo de disputar as narrativas de consenso científico. Assim, é possível compreender as salas de aula como “laboratórios”, onde professoras/es de Sociologia desenvolvem experimentações no formato de práticas pedagógicas.

A busca por construir consensos científicos, para Latour (2000), faz emergir nas diferentes ciências, as “caixas-pretas”. O autor apropria-se deste conceito surgido nos espaços de atuação da cibernética e é mobilizado no momento em que “uma máquina ou um conjunto de comandos se revela complexo demais. Em seu lugar, é desenhada uma caixinha preta, a

respeito da qual não é preciso saber nada, senão o que nela entra e o que dela sai” (Latour, 2000, p. 14). O termo “caixa-preta” é mobilizado por Latour (2000) nos momentos em que ele constata a consolidação de um consenso científico, ou seja, quando um conjunto de práticas científicas (estudos, formulação de hipóteses, experimentos de testagem) são aceitas como informações validadas, comprovadas e irrefutáveis em um determinado momento histórico. As “caixas-pretas” da ciência tornam-se fatos consolidados que impactam e interferem nos estudos, nas formulações de hipóteses e os experimentos de testagem que vierem a ser desenvolvidos após elas. Com isso, proponho compreender os dispositivos legais que organizam a Educação Básica como “caixas-pretas” que interferem no *continuum* dos componentes curriculares. No que diz respeito à trajetória recente da presença da Sociologia no Ensino Médio, é possível identificar que a Lei 11.684 de 2008 (Brasil, 2008) “encaixapretou” as ciências sociais nesta etapa de escolarização por meio do componente curricular Sociologia. A obrigatoriedade do ensino das ciências sociais esteve referendado pelo reconhecimento legal, fato que desencadeou diversos processos para incorporar a Sociologia nas rotinas escolares, tais como contratação de profissionais formadas/os na área, criação e circulação de livros didáticos, modificação na distribuição das cargas horárias dos componentes curriculares, entre outros. Porém, como a “ciência em ação” constante de disputas pela perpetuação ou destruição das “caixas-pretas”, a Lei 13.415 de 2017 (Brasil, 2017) “desencaixapretou” o *status* da Sociologia como componente curricular e todos os processos ao seu entorno foram atravessados pelos novos dispositivos legais e educacionais.

Atravessamentos vividos por professoras/es de diferentes territórios nacionais. Com o intuito de seguir e rastrear as suas práticas pedagógicas nesse processo de transição do Ensino Médio para o Novo Ensino Médio, passo a descrever uma parte dos dados produzidos e analisados no processo de escrita da minha dissertação de mestrado. Como citado anteriormente, desenvolvi uma pesquisa qualitativa no território da 27ª CRE da SEDUC-RS, que abrange os municípios de Canoas, Esteio, Sapucaia do Sul, Nova Santa Rita e Triunfo. Fiz a opção desta delimitação geográfica porque resido e trabalho como professor desta Rede no município de Canoas, sendo assim, busquei dialogar e contribuir com o território onde construo a minha vida. A 27ª CRE possui 37 escolas com o curso do Ensino Médio e, em todas, houve a implementação do currículo do Ensino Médio Gaúcho. Destas, foram identificadas 28 instituições que ofereciam Trilhas de Aprofundamento dos Itinerários

Formativos que contemplavam as Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. No universo dessas escolas, apenas 6 pessoas foram identificadas como docentes graduadas/os em Ciências Sociais ou Sociologia que, durante os anos de 2022 a 2024, atuaram com os componentes curriculares dos Itinerários Formativos do Novo Ensino Médio. Para apresentar as pessoas envolvidas com a pesquisa, apresento a tabela a seguir:

Tabela 1: Perfil das pessoas envolvidas com a pesquisa.

Identificação na pesquisa	Idade	Titulação acadêmica mais elevada	Tempo de trabalho na Rede Estadual de Educação	Cidade onde atua/atuava como docente na Rede Estadual de Educação
Gabriela	36 anos	Mestra em Antropologia Social (UFRGS)	8 anos	Canoas
Natália	37 anos	Doutoranda em Informática na Educação (UFRGS)	1 ano e 7 meses	Canoas
Beatriz	55 anos	Especialista em Ciência Política (PUCRS), Sociologia para o Ensino Médio (UFRGS) e Orientação Educacional (Universidade Cruzeiro do Sul)	16 anos	Canoas
Mateus	34 anos	Doutor em Sociologia (UFRGS)	9 anos	Sapucaia do Sul
Bruna	33 anos	Mestra em Ciências Sociais (PUCRS)	6 anos	Canoas

Leandro	41 anos	Licenciado em Ciências Sociais (UFRGS)	7 anos	Canoas
---------	---------	--	--------	--------

Fonte: Elaborado pelo autor (2028).

As entrevistas foram realizadas por meio da ferramenta de videoconferência *Google Meet*, transcritas com mediação da ferramenta *Google Pinpoint* e analisadas com auxílio do *software* NVivo. Para o presente trabalho, deter-me-ei às análises desenvolvidas nos trechos das entrevistas que foram organizados no código “Percepções curriculares”, criado para reunir os trechos das entrevistas em que as/os professoras/es narraram suas avaliações a respeito da Sociologia Escolar nos diferentes currículos do Ensino Médio. A fim de criar uma organização nos relatos das/os professoras/es, subdividi o código nos subcódigos: “Sociologia no antigo Ensino Médio”, “Sociologia no Novo Ensino Médio”, “Trilhas no Novo Ensino Médio” e “Estratégias de resistência da Sociologia no Novo Ensino Médio”.

No subcódigo “Sociologia no antigo Ensino Médio”, alinhei os trechos das entrevistas em que houve considerações a respeito do período mais recente da obrigatoriedade do componente curricular Sociologia (2008 a 2017). Os professores Mateus e Leandro enunciaram a sequência de conceitos, temas e teorias das ciências sociais que costumavam organizar ao longo de todo o curso, mas um trecho da entrevista com a professora Beatriz é ilustrativo desse momento: “*A gente sabia o que a gente tinha aquilo ali no primeiro, no segundo e no terceiro ano. Tinha uma crescente*”. A professora Gabriela não deteve-se a enunciar suas memórias deste período, por avaliar que ainda estaria construindo as suas práticas pedagógicas e as suas identidades docentes. A professora Natália relatou não possuir memórias significativas pois, na época, estava na graduação atuando como bolsista do Programa de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID). Ela relatou algumas atividades realizadas na escola em que atuava, não apresentou uma avaliação sistematizada sobre a Sociologia no antigo currículo, mas utilizou uma expressão potente sobre o período: “*era Sociologia mesmo de verdade*”. Ela evocou as suas memórias sobre como as experiências no PIBID possibilitaram um diálogo entre os seus estudos com as práticas pedagógicas escolares. A professora Bruna iniciou a sua carreira profissional como docente no ano de implementação do Currículo Piloto do Novo Ensino Médio, por isso ela relatou apenas a percepção de que

havia um tempo maior para o componente curricular: dois períodos de 50 minutos em cada ano do Ensino Médio. Correndo o risco de ousar na flexão teórica, os relatos organizados neste subcódigo concedem à Sociologia Escolar um *status* de “caixa preta”, nos termos latourianos, na medida em que as/os professoras/es evocam elementos consequentes da obrigatoriedade advinda da Lei 11.684 de 2008: presença em todos os anos do Ensino Médio, organização prescritiva de conteúdos a serem desenvolvidos, profundo diálogo com a formação proposta em nível superior para o bom exercício da profissão. A Sociologia estava presente, viva e consolidada no antigo Ensino Médio.

No subcódigo “Sociologia no Novo Ensino Médio”, agrupei os relatos em que as/os professoras/es enunciaram os impactos do Novo Ensino Médio no componente curricular Sociologia. As professoras Bruna e Gabriela, bem como os professores Leandro e Mateus, detiveram-se a narrar a modificação de carga horária destinada para a Sociologia e a suas ações de assumir componentes curriculares dos Itinerários Formativos como estratégias de sobrevivência material, a fim de manter as suas cargas horárias de trabalho junto à SEDUC-RS. A professora Bruna narrou o seu espanto com esse processo: *“Aí do nada quando eu vi eu tinha só um período só com segundo ano, diz assim, bem, onde é que eu com o que que eu faço com tudo que não vai dar, não vai caber, né”* (Bruna). Gabriela citou a sua percepção em torno dos documentos curriculares que passaram a indicar os Objetos de conhecimento a serem desenvolvidos no novo arranjo curricular: *“ali na na Formação Geral Básica não são sugestões, a gente tem que seguir aquilo ali”* (Gabriela). Mateus descreveu como a sua atuação nos Itinerários Formativos modificou as aulas de Sociologia: *“então a... o meu planejamento de Sociologia, ele mudava de acordo com o Itinerário que as turmas estavam”* (Mateus). Natália foi uma professora que iniciou a sua carreira docente no currículo do Ensino Médio Gaúcho, então imediatamente à sua admissão trabalhista, foi confrontada com a realidade de ser professora dos Itinerários Formativos, por isso, ela sentia-se constantemente exigida e esgotada em relação à constante adaptabilidade para atuar com todos os componentes curriculares. As professoras Beatriz e Bruna ainda qualificaram as suas percepções a respeito da Sociologia no Novo Ensino Médio com alegorias simbólicas. Para Bruna, a *“sociologia foi desmembrada”* (Bruna), figuração também percebida por Beatriz no trecho da entrevista em que ela disse o seguinte: *“E com o Novo Ensino Médio houve uma ruptura. Mas é o objetivo deles, era isso, era esse, era uma ruptura total, né, do pensamento*

crítico” (Beatriz). Por meio dos relatos das/os professoras/es, os impactos da implementação da Lei 13.415 de 2017 gerou o movimento de “desencaixapretamento” (Latour, 2000) da Sociologia Escolar: a solidez da Sociologia como componente curricular obrigatório do Ensino Médio desde 2008 foi questionada e parcialmente destruída após a implementação do novo arranjo curricular.

No subcódigo “Trilhas no Novo Ensino Médio”, organizei os relatos em que as/os professoras/es evocaram elementos de avaliação a respeito da proposição e organização dos componentes curriculares dos Itinerários Formativos que trabalharam entre os anos de 2022 a 2024. As professoras Gabriela e Bruna relataram que a SEDUC-RS demorou a enviar documentos para orientar o trabalho pedagógico com esses novos componentes. A professora Beatriz e os professores Mateus e Leandro narraram o processo de perceberem-se responsáveis por componentes curriculares com uma carga horária maior do que a própria Sociologia. Destaco um trecho da entrevista de Mateus em que ele narra o fato de ter gostado “[...] *bastante porque era uma oportunidade de ter uma disciplina vinculada às Ciências Humanas e Sociais, vinculada à Sociologia com três períodos*” (Mateus). A professora Natália, em muitos momentos, ao relatar as suas experiências com os Itinerários Formativos informou não conseguir bem diferenciar os componentes, pois sentia-se confusa com os variados títulos e as especificidades dos Objetos de conhecimento. Os relatos deste subcódigo vão ao encontro do processo que Latour (2000) nomeia como “contra laboratórios”, pois, na medida em que os Itinerários Formativos passaram a ser incorporados como um novo discurso sobre o Ensino Médio, as/os professoras/es responsáveis por essas aulas assumiram a postura de construir “coisas novas” (Latour, 2000) com o intuito de gerar tensões e não permitir o “encaixapretamento” de um currículo escolar que não respeitasse o ensino da sociologia e das demais ciências sociais.

No subcódigo “Estratégias de resistência da Sociologia no Novo Ensino Médio”, busquei reunir os relatos das/os professoras/es sobre como nas aulas dos Itinerários Formativos elas/es desenvolveram experiências pedagógicas que visavam manter viva a Sociologia Escolar. A professora Gabriela fez relatos sobre suas práticas pedagógicas que mobilizaram conceitos estruturantes da própria pesquisa. Destaco dois trechos em que ela insere a sua formação profissional para o escopo de uma resistência para a Sociologia Escolar: “*o que acontece é que a gente acaba sociologizando essas matérias, né? Porque, enfim, é*

nossa formação, é o que a gente faz, né? Então, é, na verdade, a gente pega essa temática, mas tá dentro da Sociologia [...] é uma Sociologia com outro nome, porque é a nossa formação, não adianta, né?!” (Gabriela). Em consonância, a professora Bruna também evidenciou que *“tudo foi eh apropriado da Sociologia, né, do que que eu tinha de Sociologia e que eu conseguia fazer funcionar”* (Bruna). A formação profissional das professoras foi o fio condutor para inspirar - e talvez fortalecê-las - no processo de construção das aulas dos Itinerários Formativos. O professor Leandro também apresentou um relato semelhante: *“[...] mas como eu pegava esses Itinerários, então foi o que eu procurei fazer. Eu Eu fazia isso, dava aula de Sociologia para essas minhas turma”* (Leandro). Este movimento de tornar-se docente dos novos componentes curriculares foi percebido pelo professor Mateus como uma estratégia de resistência intencional, ao afirmar que: *“Eu trabalho com eles, agora com tempo muito maior. Todo um trabalho de sociologia, de ciência, né. Toda a área de ciência política, né. Nessa disciplina”* (Mateus). Construir um componente curricular novo e torná-lo habitado pela sociologia e demais ciências sociais alinhavou os relatos dessas pessoas. Até mesmo a professora Natália, que não teve experiências profissionais com a Sociologia no antigo currículo, relatou o seguinte: *“eu me imaginava meio que professora de Sociologia de verdade”* (Natália). Uma projeção e uma realização, em um território diferente, porém, construído de modo a contemplar o que ela entendia como sendo característico da própria Sociologia Escolar. A professora Beatriz verbalizou uma frase que, com os devidos cuidados metodológicos, parece congrega as ações das/os outras/os professoras/es ao mencionar que trabalhar com os componentes curriculares dos Itinerários Formativos era uma forma de *“manter a minha sociologia viva”* (Beatriz). Neste subcódigo, compreendo que as estratégias de resistências das/os professoras/es não permitiram “encaixapretar” os Itinerários Formativos sem a valorização da Sociologia Escolar. As experiências localizadas e contextualizadas das/os professoras/es foram formas de resistir em seus “contra laboratórios”, mesmo com a implementação determinada do Novo Ensino Médio. Por meio das estratégias das/os professoras/es, a Sociologia Escolar esteve “em ação” e disputou os seus espaços de potência, relevância e legitimidade no novo currículo escolar.

CONCLUSÃO

A proposta de compreender a atuação de professoras/es de Sociologia em componentes curriculares dos Itinerários Formativos do Novo Ensino Médio em uma nova etapa do processo de “presença intermitente” deste componente curricular na educação brasileira, buscou analisar as possíveis estratégias de “sociologização” desses novos espaços de atuação docente. Possibilidades que podem influenciar que a Sociologia Escolar esteja “em ação” por meio das práticas pedagógicas destas/es professoras/es na medida em que atuam em seus “contra laboratórios” devido ao “desencaixapretamento” decorrente da suspensão da obrigatoriedade da Sociologia como componente curricular no Ensino Médio.

Durante as entrevistas, as/os professoras/es de Sociologia relataram ter vivenciado situações entendidas como o processo de “desencaixapretamento” da Sociologia Escolar: viram o componente curricular obrigatório em todos os anos do Ensino Médio ser transformado a “estudos e práticas” no Novo Ensino Médio, sem necessariamente habitar um espaço legalmente delimitado. Em alguns casos, os “laboratórios” de suas práticas pedagógicas foram transformados: ao invés de atuar como docentes de Sociologia, essas pessoas tornaram-se responsáveis pelos componentes curriculares dos Itinerários Formativos do Novo Ensino Médio. Uma transformação que, na perspectiva de Latour (2000), tem o potencial oportunizar às/aos professoras/es transformar essas aulas em “contra laboratório” (Latour, 2000, p. 150), na medida em que, mesmo respeitando as orientações curriculares educacionais, poderiam criar “coisas novas” ao mobilizar conceitos, temas e teorias das ciências sociais nesses novos componentes curriculares.

Por meio das entrevistas com as/os professoras/es, tornou-se potente compreender o Novo Ensino Médio como um artefato que buscou “encaixapretar” um novo arranjo curricular da Educação Básica, porém, nas salas de aula das pessoas envolvidas com a pesquisa foram construídos “contra laboratórios” que resistiram e ousaram “manter viva” o ensino de Sociologia. As práticas pedagógicas desenvolvidas pelas/os professoras/es levou a Sociologia Escolar a estar “em ação” e assim, contribuir com os processos que torná-la novamente uma “caixa-preta” no Ensino Médio.

REFERÊNCIAS

BODART, Cristiano das Neves (org.). A SOCIOLOGIA ESCOLAR NO BRASIL. In: AMORIM, Sayonra Leal; CIGALES, Marcelo (org.). **Temáticas do Ensino de Sociologia na Escola Brasileira**. Campinas: Editora Pontes, 2002. p. 23-46.

BRASIL. Ministério da Educação. **Orientações Curriculares para o Ensino Médio (OCEM): Ciências humanas e suas tecnologias**. Secretaria de Educação Básica. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_03_internet.pdf Acesso em: 11 mar. 2026.

_____. Lei nº 11684, de 2 de junho de 2008. Altera o art. 36 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio. **Lei 11684**. Brasília, 3 jun. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11684.htm. Acesso em: 27 abr. 2024.

_____. Lei nº 13415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento d. **Lei 13415**. Brasília, 16 fev. 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/13415.htm. Acesso em: 27 abr. 2024.

CAPRARA, Bernardo Mattes. Comunidade de práticas de sociologia escolar: uma agenda alternativa ao conceito de campo. **Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais**. [S.I.], v. 8, n. 2, p. 01-22, 2024. Disponível em: <https://cabecs.com.br/index.php/cabecs/article/view/519>. Acesso em: 30 jan. 2025.

LATOUR, Bruno. **Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora**. Tradução de Ivone C. Benedetti; revisão de tradução de Jesus de Paula Assis. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

_____. **Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator-rede**. Tradução de Gilson César Cardoso de Sousa. Salvador: Edufba, 2012.

LATOUR, Bruno; WOOLGAR, Steve. **A vida de laboratório: a produção dos fatos científicos**. Tradução de Angela Ramalho Vianna. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

MEUCCI, Simone. Sociologia na educação básica no Brasil: um balanço da experiência remota e recente. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 51, n. 3, p. 251-260, 9 nov.

2015. UNISINOS - Universidade do Vale do Rio dos Sinos. <http://dx.doi.org/10.4013/csu.2015.51.3.02>. Disponível em: https://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/csu.2015.51.3.02. Acesso em: 25 set. 2023.

_____. HISTÓRIA DA DISCIPLINA NA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL, o ensino da Sociologia e a:. In: BRUNETTA, Antonio Alberto; BODART, Cristiano das Neves; CIGALES, Marcelo Pinheiro (org.). **Dicionário do Ensino de Sociologia**. Maceió: Café Com Sociologia, 2020. p. 163-167.

MOCELIN, Daniel Gustavo; CAMPO, o ensino de Sociologia e o seu:. In: BRUNETTA, Antonio Alberto; BODART, Cristiano das Neves; CIGALES, Marcelo Pinheiro (org.). **Dicionário do Ensino de Sociologia**. Maceió: Café Com Sociologia, 2020. p. 57-62.

OLIVEIRA, Amurabi. **O campo do ensino de Sociologia no Brasil: gênese, agentes e disputas**. Maceió: Editora Café com Sociologia, 2023.

SEDUC-RS. **Referencial Curricular Gaúcho**. Porto Alegre, RS, 2022. Disponível em: <https://educacao.rs.gov.br/upload/arquivos/202207/14142026-rcgem-jul-22.pdf>. Acesso em: 1 mai. 2024.

_____. **Portaria SEDUC/RS N° 282/2022**. Porto Alegre, RS, 2022b. Disponível em: <https://www.diariooficial.rs.gov.br/materia?id=804367>. Acesso em: 14 out. 2024.

_____. **Portaria SEDUC/RS N° 551/2023**. Porto Alegre, RS, 2023. Disponível em: <https://www.diariooficial.rs.gov.br/materia?id=804367>. Acesso em: 14 out. 2024.

SILVA, I. L. F.; ALVES NETO, H. F. O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC) NO BRASIL E A SOCIOLOGIA (2014 a 2018). **Revista Espaço do Currículo**, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 262–283, 2020. DOI: 10.22478/ufpb.1983-1579.2020v13n2.51545. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/51545>. Acesso em: 12 ago. 2024.